

## Sancho Pança, governador: utopia e história em *Dom Quixote*\*

Geraldo Witeze Junior\*\*

---

**Resumo.** Este artigo analisa o episódio do romance *Dom Quixote* em que Sancho Pança se torna governador da ínsula Baratária, levando em conta as menções ao governo durante toda a narrativa. Procura responder se o episódio em questão pode ser considerado uma utopia, vista como um gênero literário ou como projeto político, vinculando a obra à realidade social da Espanha do fim do século XVI e princípio do XVII.

**Palavras-chave:** Sancho Pança (personagem fictício); Dom Quixote; Utopia; Espanha; Renascimento.

## Sancho Panza, governor: utopia and history in *Don Quixote*

**Abstract.** The episode in which the character Sancho Panza becomes the governor of the island Barataria in the novel *Don Quixote* is analyzed. Since the government is mentioned throughout the entire novel, current investigation discusses whether the episode may consider utopia either as a literary genre or a political project and thus linking Cervantes's masterpiece with Spain's social reality at the end of the 16<sup>th</sup> century and the beginning of the 17<sup>th</sup> century.

**Keywords:** The character Sancho Panza; Don Quixote; Utopia; Spain; Renaissance.

## Sancho Panza, gobernador: Utopía e historia en el Don Quijote

**Resumen.** Este artículo analiza el episodio del Don Quijote en el que Sancho Panza se convierte en gobernador de la ínsula Barataria, considerando las menciones relativas al gobierno a lo largo de toda la narrativa. Aquí se busca

---

\* Artigo recebido em 22/09/2012. Aprovado em 11/02/2013.

\*\* Mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas, SP. Doutorando em História, pela Universidade Federal de Goiás/GO. Professor do Departamento de História e Letras da Universidade Estadual de Goiás – campus de Jussara/GO, Brasil. E-mail: [woitze@gmail.com](mailto:woitze@gmail.com)

responder a la pregunta de si este episodio puede ser considerado una utopía, vista como un género literario o como un proyecto político, vinculando la obra a la realidad social de la España del siglo XVI y comienzos del XVII.

**Palabras Clave:** Sancho Panza (personaje fictício); Don Quijote; Utopía; España; Renacimiento.

---

## Introdução

Sancho Pança como governador de uma ilha e sábio legislador não é a imagem mais associada ao famoso escudeiro de Dom Quixote. Contudo, o episódio da ilha Baratária em que Sancho se torna governador é fundamental dentro da narrativa. A ideia de governar povoa a mente de Sancho desde o princípio do romance, pois com essa promessa Dom Quixote o convenceu a se tornar escudeiro. O governo de Baratária é o ápice de sua carreira e guarda particularidades importantes para a compreensão de toda a obra.

Pode-se perguntar como *Dom Quixote* nos ajuda a compreender a história de sua época, ou então, de outra forma, qual a relação entre literatura e história? Sandra Jatahy Pesavento nos diz que:

os discursos literário e histórico são formas diferentes de dizer o real. Ambos são representações construídas sobre o mundo e que traduzem, ambos, sentidos e significados inscritos no tempo. Entretanto, as narrativas histórica e a literária guardam com a realidade distintos níveis de aproximação (2006, n.p.).

Portanto, cabe ao historiador interpretar a obra literária de forma a extrair dela informações verossímeis para a construção da sua própria narrativa, para contar aquele passado que deixou pistas na literatura.

Peter Burke vê no Renascimento “um aparente retorno aos padrões clássicos” que separavam de forma clara a história da ficção:

Como no caso de Aristóteles, e seguindo Aristóteles, humanistas e outros fizeram distinções explícitas entre história e ficção. O humanista Bartolomeo Fácio, por exemplo, declarou que “chamamos uma narrativa inventada de

‘fábula’ e uma verdadeira de ‘história’”. O pregador Girolamo Savonarola contrastava *le favole dei poeti* com a *verità di storia*.

Mais uma vez, como no caso dos historiadores da antiguidade, tanto romanos quanto gregos, encontramos na prática muitos exemplos que parecem ser transgressões gritantes da fronteira (1997, p. 109).

Dessa forma, ainda que a fronteira fosse bem demarcada, nem sempre era respeitada. Podemos dizer que o *Quixote* transita nesses limiares, não no sentido de seus personagens serem históricos, mas de representarem bem a realidade de sua época.

No gênero utópico, história e literatura se mostram bastante próximas. Para Carlos E. O. Berriel “as utopias, partindo de elementos reais, reconstroem todas as Histórias possíveis, todos os cenários que a História não realizou. A raiz desta ideia vem da *Poética* de Aristóteles, onde está dito ser a poesia mais ampla que a História, pois realiza até o fim aquilo que a História apenas esboçou” (2005, p. 5). Em sua composição, as utopias seguem o caminho da história em direção à literatura, do real para o fictício. Berriel prossegue:

A relação entre real e ilusório é estreitíssima na utopia, assim como no relato das viagens de descobertas. O imaginário estrutura a experiência real, enquanto esta serve de base para as elaborações posteriores: as fronteiras entre real e ilusório são, assim, indefinidas. Na utopia, o ideal se *sobre põe* ao real com o mesmo compromisso com que, nas viagens de descobertas, *uma* real e ilusório: as fronteiras entre verdadeiro e falso se diluem (2005, p. 5).

Essas observações são importantes porque estamos atentando para os elementos utópicos presentes no *Quixote*. O primeiro propósito das utopias não é iludir, mas criticar. Na fusão que fazem entre o real e o ilusório, as utopias deixam à mostra o imaginário da sua época, oferecendo-nos uma visão do momento em que foram escritas e se constituindo como uma fonte importante para os historiadores.

Walter Mignolo defende a tese de “que ‘literatura’ e ‘história’ implicam normas e marcos discursivos que qualquer pessoa educada na tradição ocidental [...] está em condições de compreender e diferenciar” (2001, p. 116). A

tradição ocidental costumeiramente evoca a Antiguidade, mediada muitas vezes pelo Renascimento, como vimos através de Burke, todavia, pelo menos desde a década de 70 tem havido vários questionamentos da distinção clássica, sendo Hayden White (2001) o principal expoente dessa posição. Mignolo prossegue suas reflexões tratando disso:

Se é certo que essa mesma pessoa pode encontrar-se tanto com relatos históricos quanto com relatos históricos e literários quanto com ensaios teóricos que desafiam as diferenças, o desafio das diferenças implica, em primeiro lugar, que sejam reconhecidas e, em segundo lugar, que sejam incômodas para quem propõe o desafio. Caso contrário, como se poderia propor como alternativa a semelhança entre *A* e *B*, se, primeiramente, não se desse o caso de que *A* e *B* tenham sido, e ainda sejam, tomados como diferentes. [...] Portanto, se não prevalecesse a diferença entre “literatura” e “história”, qual seria o motivo para enfatizar a semelhança, se fossem, de fato, aceitas como semelhantes? (2001, p. 116)

De acordo com o senso comum ocidental, reconhecemos as diferenças e as aproveitamos para ressaltar as semelhanças. Não é necessário tentar igualar história e literatura para fazer isso, basta entender que as duas são narrativas sobre o real, o que não é pouca coisa. Narrativas diferentes, está certo, mas *narrativas*. Deve estar claro que a história não é o passado nem o presente, o real acontecido e perdido para sempre, mas o que se conta sobre ele. De outra forma a literatura também conta.

Assim, seguimos Pesavento:

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu (2006, n.p.).

Nesse sentido, o *Quixote* pode ser usado para compreendermos a encruzilhada do Renascimento, com suas profundas mudanças culturais,

econômicas, políticas e sociais, dando-nos elementos diferentes das outras fontes usadas pelos historiadores.

Por fim, uma advertência: a literatura pode ser uma fonte para a história, mas isso não significa que deva ser reduzida a isso. Ou seja, o historiador não deve desconsiderar os elementos estéticos próprios do texto literário tendo sempre em mente que o objetivo do escritor não era criar um documento histórico, mas contar uma história, ser lido, elogiado, criticado e obter fama. Cervantes não é historiador e o *Quixote* é muito mais que uma fonte. Merece ser lido e relido antes de se buscar a sua fortuna crítica para a qual pretendemos contribuir.

### **A promessa da *ínsula*: o primeiro livro**

Já no início das aventuras vemos o seguinte: “Ia Sancho Pança sobre o seu jumento como um patriarca, com os seus alforjes e a sua borracha, e com muita ânsia de se ver já governador da ilha que o amo lhe havia prometido”<sup>1</sup> (I, 7). Não se dá conta da pouca probabilidade de a promessa se realizar porque está perdido em seu desejo, iludido por seus sonhos. Assim como para Dom Quixote o desejo aparece para Sancho como elemento transformador da realidade.<sup>2</sup> Mesmo montado num jumento ele se sente um patriarca, um grande homem. Não importa quem é, mas quem sonha ser. O

---

<sup>1</sup> Todas as citações do *Quixote* são da tradução dos viscondes de Castilho e Azevedo, indicada nas referências. No corpo do texto serão mencionados apenas o livro e o capítulo.

<sup>2</sup> J. B. Avalue-Arce e E. C. Riley (1973) indicam uma grande inovação literária de Cervantes: a liberdade do artista e a liberdade da personagem. O narrador escreve como quer e não como deve, e por isso Dom Quixote surge livre de determinismos geográficos, de sangue, de família e tradições. Há uma “autodeterminação em contraste com o determinismo” (p. 48) constante nas obras até então. Dom Quixote, confundindo estética com ética, vai viver a vida como obra de arte, encarnando o princípio renascentista do *imitatio*. “Nos personagens há um verdadeiro afã de autorrealização” (p. 49) e a vontade surge então como dimensão primária da vida. “A vontade, como sempre no mundo de dom Quixote, corrige a realidade” (p. 56). Dom Quixote reconhece que seu ideal não se adéqua a este mundo, mas mesmo assim decide vivê-lo, e é nisso que reside seu heroísmo.

desejo tira-lhe todas as preocupações e medos, não deixa que ele se angustie com as incertezas da vida andante.

A vontade faz com que creia piamente em seu amo de forma que insista com ele: “Olhe Vossa Mercê, senhor cavaleiro andante, não se esqueça do que me prometeu a respeito da ilha, que lá o governá-la bem, por grande que seja, fica por minha conta” (I, 7). Além da credulidade, o grande interesse em governar faz com que Sancho ganhe confiança na própria capacidade. Ele não se sente como um pobre lavrador que ficará a vida toda em sua aldeia com a vida simples passando vagarosa. Tem grandes aspirações, quer desenvolver plenamente suas capacidades. Ainda que o desafio seja grande, sua vontade de transpô-lo é maior. Aparentemente tolo, Sancho já aqui mostra sua grandeza, ao menos a grandeza que pensa possuir.

É verdade que tudo isso pode ser imputado à sandice do homem simples. O próprio narrador anuncia Sancho como um homem de pouco sal na moleira, demasiado crédulo para perceber o que se passava ao seu redor. Por outro lado, pode representar a posição mais comum de uma sociedade ainda cheia de reminiscências medievais na qual seria inaceitável que um lavrador sem terras próprias alcançasse o posto de governador. Nesse caso, trata-se de uma mentalidade conservadora que não concebe tal mobilidade social e, portanto, enxerga qualquer aspiração a isso como loucura.

Essa discussão sobre as interpretações remete à “maravilhosa pendulação que caracteriza a obra”, conforme disse López Estrada (1996, p. 90): ora parece séria, ora cômica, às vezes utópica, outras contrautópica (MARAVALL, 2006). O primeiro efeito pretendido por Cervantes foi o cômico, como bem atestam Peter E. Russell (1969)<sup>3</sup> e Anthony Close (2005), mas há outras visões. O próprio Close nos mostra outra linha de

---

<sup>3</sup> O artigo de Peter E. Russell (1969) foi a primeira reação às leituras sérias do *Quixote*, então predominantes, mostrando que os contemporâneos de Cervantes entendiam comicamente a obra.

interpretação, predominante a partir de 1800 e que denomina de romântica. Para ele nessa linha de análise:

- a) Idealiza-se o herói e se atenua radicalmente o caráter cômico do romance.
- b) Considera-se que se trata de um romance simbólico, cujo simbolismo expressa várias ideias tanto sobre a relação entre a alma humana e a realidade como sobre a natureza da história da Espanha.
- c) Interpreta-se o simbolismo do romance (e, de modo mais geral, o conjunto do seu espírito e estilo) de forma que reflita a ideologia, a estética e a sensibilidade do período contemporâneo. (CLOSE, 2005, p. 15)

Entre os intérpretes sérios estão, por exemplo, Miguel de Unamuno (1958) e José Ortega y Gasset (1995), dois dos principais pensadores da Espanha no século XX. Close, é claro, reconhece a qualidade desses intérpretes, além do que deve ficar claro que uma linha interpretativa não anula a outra.<sup>4</sup> Isso mostra a grandiosidade do Quixote, que pode ser lido com seriedade sem perder a sua força cômica. Pode-se rir com as ingenuidades graciosas de Sancho e ao mesmo tempo enxergar ali certa melancolia. Ele é engraçado, cheio de refrões, crédulo, inocente, mas é também um lavrador pobre que anseia mudar sua situação social. Podemos ver nisso uma simples tolice ou um desejo profundo que representaria as aspirações dos pobres na Espanha dos séculos XVI e XVII.

Dom Quixote baseia suas promessas no que lera nos romances de cavalaria antigos e quer não só reproduzir os feitos de seus heróis, mas superá-los. Para ele, tudo pode acontecer, conforme diz a Sancho: “E não te admires do que te digo, pois coisas e casos acontecem aos tais cavaleiros, por modos tão nunca vistos e pensados, que facilmente eu te poderia dar até mais do que te prometo” (I, 7). Por um lado gera grandes expectativas no escudeiro, por outro demonstra a indeterminação do futuro. Tudo é possível, inclusive serem bem sucedidos em seus sonhos, até mesmo com maior facilidade do que imaginam.

---

<sup>4</sup> Para uma introdução às diversas interpretações do *Quixote* ver meu próprio artigo intitulado “Os muitos caminhos do Quixote” ((WITEZE Jr., 2011).

É um elemento semelhante ao que está presente nas utopias: seus criadores percebem a impossibilidade de sua realização imediata (FIRPO, 2005) e simultaneamente creem ser concebível sua efetivação. Nas utopias, porém, há uma carga maior de melancolia expressa na fala de More<sup>5</sup> (1999, p. 185) sobre a descrição da república da Utopia: “desejaria, posto que não espere” a implantação dessas características em sua própria sociedade. Já Dom Quixote, acompanhado por Sancho, deseja e crê que seu desejo se realizará. Nesse caso, a melancolia chega até nós mediada pelo narrador que informa o estado mental dos *desejantes*.

A exploração do que é admissível para a realidade é uma das prerrogativas da ficção e Dom Quixote faz isso com maestria, auxiliado por sua loucura. Ele passa a viver apoiado nas possibilidades que consegue conceber e nisso antecipa, mesmo que somente para si, a sua realização. Ele inverte a ordem das coisas trocando a realidade pela imaginação e Sancho procede do mesmo modo. A diferença é que a loucura deste é proveniente de sua falta de malícia enquanto a daquele é resultado da leitura exacerbada de antigos romances de cavalaria.

Frequentemente, Sancho demonstra o sentimento de que possui a capacidade para ser governador “como qualquer outro” mostrando um elemento fundamental no texto: a igualdade entre as pessoas. O que importaria não seria a sua história familiar, sua linhagem ou mesmo suas relações pessoais, mas seu potencial como ser humano.<sup>6</sup> Sancho manifesta o ideal humanista que

---

<sup>5</sup> Thomas More (1478-1535) foi um pensador, político e escritor inglês, autor da *Utopia* (1516), obra fundadora do gênero utópico que teve ampla fortuna no período moderno. More, também conhecido por Morus, versão latinizada do seu nome, vinculou-se ao humanismo cristão, tendo travado amizade com alguns dos principais pensadores de sua época, como Erasmo de Roterdã (LOGAM; ADAMS, 1999).

<sup>6</sup> Conforme afirma C. Blanco Aguinaga (1979, p. 331, 335-336) Cervantes “tem uma mente organizada de modo humanista e inclusive científica”, lutando “contra os conceitos tradicionais de ‘limpeza de sangue’ e diferença entre linhagens” e defendendo “a igualdade e a dignidade dos seres humanos”.

via no homem uma infinidade de habilidades a serem desenvolvidas independentemente de sua origem social. É o triunfo do indivíduo assinalado de outra forma.

Mediante uma indagação de Sancho sobre quando se tornaria governador, Dom Quixote não questiona a capacidade do escudeiro, mas apresenta-lhe uma classificação de aventuras para explicar que essa hora ainda não chegara. Ora, essa tipificação tem um caráter literário – baseia-se nos romances de cavalaria –, o que é bastante curioso, pois mostra que Dom Quixote vê suas vidas como uma representação. É como se estivessem vivenciando as formas de literatura que conhecia, atravessando-as uma a uma. Outra inversão se apresenta, pois não é a literatura que surge como representação da realidade, mas o contrário (AVALLE-ARCE; RILEY, 1973). O fidalgo manchego e seu vizinho representam na vida os papéis que aquele lera nas obras de ficção.

A recomendação a Sancho é que tenha paciência porque chegará o momento de representarem o tipo de aventura que resultará no prêmio desejado, até mesmo algo mais do que se espera. Através de sua sandice, Dom Quixote usa o desejo descontrolado de Sancho para incutir nele um valor que o transformará. Assim, o homem se desenvolve e caminha para alcançar um estado mais virtuoso. Isso mostra que a intenção de Dom Quixote não é somente ter muitas aventuras, mas a renovação do homem através delas, uma característica do Renascimento (MARAVALL, 2006).

Os diálogos aparecem como elementos fundamentais na construção dos personagens e através deles os dois protagonistas vão se ensinando mutuamente e se transformando (PÉREZ, 2005). O governo prometido a Sancho está sempre presente nas conversações que trava com o amo. Em um deles Sancho enuncia o tipo de vida que considera ideal: viver honrada e descansadamente. Mais do que ascender ao poder, desfrutar a vida sem esforço

com as necessidades atendidas era o desejo das classes subalternas que levavam a vida em trabalhos pesados.

Isso remete às arcádias e ao mundo ao revés, sendo possível estabelecer uma ligação com a abadia de Thélème, da famosa obra de François Rabelais<sup>7</sup>, *Gargântua e Pantagruel*:

Toda a sua vida era orientada, não por leis, estatutos ou regras, mas de acordo com a vontade e o livre arbítrio deles. Levantavam-se da cama quando bem lhes parecia, bebiam, comiam, trabalhavam, dormiam quando lhes apetecia. Ninguém os acordava, ninguém os forçava nem a beber nem a comer nem a fazer qualquer outra coisa. Assim o estabelecera Gargantua.

Na sua regra só havia esta cláusula: FAZ O QUE QUISERES, porque as pessoas livres, bem nascidas, bem instruídas, convivendo com companhias honestas, têm por natureza um agulhão que as estimula sempre a praticar atos virtuosos e as afasta do vício, instinto esse a que chamavam honra. Quando, por vil sujeição e constrangimento se sentem oprimidas e dominadas, desviam esta nobre tendência que livremente as impeliria para a virtude, para sacudir e contrariar esse jugo de servidão, pois nós fazemos sempre as coisas proibidas e desejamos o que nos é recusado (RABELAIS, 1986 *apud* FIGUEIREDO, 2009, p. 330).

Nesse “faz o que quiseres”, temos a consumação do individualismo renascentista com um tom profundamente satírico. A Abadia de Thélème é uma antiabadia, uma crítica dessa instituição religiosa. Sancho queria exatamente isso: fazer o quisesse, mas em Thélème isso só era possível aos “bem nascidos”. Ele tem essa mesma pretensão escapista tanto da sua situação imediata quanto da vida ordinária que levava e nisso vai além da crítica de Rabelais, pois não era bem nascido, ao contrário. O desejo por uma vida melhor está presente nas utopias, mas aqui a relação mais fácil de se estabelecer é com a mentalidade popular e as festas carnavalescas (BAKHTIN, 1999; REDONDO, 1998).

---

<sup>7</sup> Rabelais foi um humanista francês do século XVI, escritor e médico, que se interessou pelos estudos helenistas e, em função disso, polemizou com a Igreja Católica, da qual antes fizera parte como frade franciscano. Sua obra é profundamente satírica, criticando o obscurantismo medieval que reinava na Igreja. Para uma apresentação mais ampla de sua vida e obra ver Oliver (2006).

Adiante não é Sancho, mas o próprio Dom Quixote que menciona a ínsula prometida para motivar o escudeiro. E o questiona: “se o vento da fortuna, tão contrário até aqui, vira de rumo para nos favorecer, enchendo-nos as velas do desejo, para que seguramente, e sem contraste algum, aportemos em algumas das ilhas que já te prometi, que seria de ti se, ganhando-a, eu te fizesse senhor dela?” (I, 15). O cavaleiro sabe que Sancho não conhece a arte política de governar, então trata de esclarecer o desafortunado escudeiro.

A menção à fortuna junto a instruções sobre como governar remete ao *Príncipe* de Maquiavel.<sup>8</sup> Inicialmente, é entendida como destino ou mesmo acaso, mas é preciso esclarecer o sentido do termo. Para Antonio Caruccio-Caporale<sup>9</sup>, a fortuna “constitui os limites externos e intrínsecos que opõe-se à essa ação [a *virtù*] (estejam eles demarcados pela ‘sorte’, pelo ‘acaso’, ou pelas condições exteriores do arbítrio humano, vale dizer, pela *situação concreta* em que vive o sujeito)” (2001, p. 155). Portanto, não se trata do acaso, mas de uma “situação concreta” que pode acontecer não em contraposição a *virtù*<sup>10</sup>, mas associada a ela. Dependendo de como se portassem e **também** das situações que surgissem no caminho poderiam alcançar a conquista e o governo da ínsula.

Dom Quixote adverte Sancho sobre a competência para governar com as seguintes palavras:

---

<sup>8</sup> Nicolau Maquiavel (1469-1527) pensador e político florentino, autor da famosa obra *O príncipe* (1516), na qual procurou mostrar diversas formas de os governantes se manterem no poder. Insistiu numa visão prática acima da ética, derivando dele uma máxima famosa nos dias atuais: “os fins justificam os meios”. Aparte as críticas que seu pensamento sofre, deve ser compreendido em sua época, marcada por uma grande preocupação com a melhor forma de governo. (CARUCCIO-CAPORALE, 2001; SKINNER, 1996).

<sup>9</sup> É a nota explicativa número 9 à tradução do *Príncipe* por ele realizada.

<sup>10</sup> Sobre a *virtù* e a *fortuna* Caruccio-Caporale, na mesma nota mencionada acima, diz que “são as duas forças antagonistas – mas também complementares – nas quais concentram-se o essencial da vida e da ação políticas”.

porque há-de saber que nos reinos e províncias recém-conquistadas nunca os ânimos dos seus naturais estão sossegados, nem tão favoráveis ao novo senhor, que se não tema alguma novidade para se alterarem de novo as coisas, e se tornar, como dizem, a tentar de novo fortuna; e portanto é necessário que o novo possessor tenha entendimento para se saber governar, e valor para ofender e defender-se em qualquer contingência (I, 15).

Na sua concepção, essa capacidade seria conquistada pelo exercício das armas, o que o tornaria o governante melhor e lhe conferiria maior mérito.<sup>11</sup> Se a fortuna presenteasse Sancho com o desejado governo, ele precisaria ter virtude para conseguir exercê-lo. Isso é bastante semelhante ao que Maquiavel diz sobre a dificuldade de um príncipe novo manter sua autoridade:

Digo, então, que a dificuldade em conservar-se um principado novo sob a autoridade de um novo príncipe será maior ou menor de acordo com o caráter mais ou menos virtuoso daquele que o conquistou. E, dado que este evento da passagem de homem (num sentido privado) a príncipe pressupõe que possua méritos (*virtù*) ou muita sorte (*fortuna*), fica a impressão de que uma ou outra dessas duas condições podem, em parte, muitas das dificuldades. Todavia, o príncipe que depende menos da fortuna mantém-se por mais tempo enquanto tal (2001, p. 30).

Dom Quixote tenta ensinar a Sancho esses valores, quer que o manso lavrador adquira a virtude necessária para realizar um bom governo e manter-se nele. São ensinamentos políticos aos quais um lavrador iletrado não teria acesso. Sua capacidade vinha dos muitos conhecimentos populares que possuía e do senso comum, que é tantas vezes de maior valor que tratados de sabedoria e outras tantas enganoso. Dom Quixote pretende fornecer a Sancho elementos que possam conferir-lhe autonomia para que não se baseie nas virtudes do amo, mas em suas próprias.

Sobre os principados conquistados pelas armas de outros ou pela fortuna, Maquiavel escreve o seguinte: “Aqueles que, mercê simplesmente da fortuna, passam de simples cidadãos à condição de príncipes, é com pouca dificuldade que a alcançam mas com muita que a mantêm” (2001, p. 35). É

---

<sup>11</sup> Mérito é uma das traduções possíveis para o termo *virtù*.

verdade que Sancho enfrentava várias dificuldades apanhando a torto e a direito, ficando muitas vezes moído e estirado ao solo, mas não seria por sua força que alcançaria o governo. Por isso, os conselhos de Dom Quixote (e também os de Maquiavel) lhe seriam úteis.

Como já dito, Sancho não estava preocupado com o poder e, portanto, não poderia pensar em como o conservaria. Ele acreditava na própria capacidade de governar e entendia que seus conhecimentos e boas ações seriam suficientes para levar a bom cabo seu intento. Dom Quixote vê essa lacuna e tenta preenchê-la, mas dessa vez o escudeiro não lhe dá muita atenção: “Nisto que nos agora aconteceu – tornou Sancho – quisera eu ter tido esse entendimento e esse valor que Vossa Mercê diz; mas eu lhe juro, à fé de pobre homem, que mais estou eu para emplastos, que para arrazoados” (I, 15).

Em alguns momentos de muito enfado, Sancho pensa em deixar tudo, inclusive as esperanças de ser governador, para voltar a sua antiga vida, mas não desiste e segue fiel ao amo louco. A ilha continua aparecendo nos diálogos do romance, em pedidos e promessas, e Dom Quixote em tudo se apoia nos livros que lera, reforçando a inversão de lugar entre a literatura e a vida. A certa altura, porém, o escudeiro se mostra desconfiado, pois nota a falta de juízo do amo e como sua imaginação distorcia as coisas. Ele começa a perceber o mecanismo mental que tomava todas as histórias de cavaleiros como se fossem reais. Ora, se o fidalgo transformava uma bacia de barbeiro num elmo mitológico bem podia ser que as aventuras que mencionava não fossem verdadeiras, e eram elas que legitimavam a promessa do governo da ínsula. É uma grande ironia que Sancho comece a se dar conta disso para logo, em seguida, ser enredado na poderosa retórica do cavaleiro.

No final do primeiro livro, Dom Quixote é falsamente encantado através de um artifício pensado pelo cura e pelo barbeiro de sua aldeia para o levarem de volta. Se o cavaleiro não percebe o que acontece – ou finge que não

– Sancho mostra que compreende tudo dizendo que reconhece o cura, mesmo disfarçado. Nesse momento, Cervantes põe na boca do escudeiro diversos princípios que faziam parte de um senso comum popular, como a ideia de fortuna medieval que retirava dos homens qualquer responsabilidade por sucesso ou fracasso (HELLER, 1982).

Logo em seguida, porém, Sancho relativiza a força da fortuna dizendo: “ainda que pobre, sou cristão-velho, e não devo nada a ninguém; e se desejo ilhas, outros desejam coisas piores e *cada qual é filho das suas obras*; e sendo homem, posso vir a ser papa, quanto mais governador de uma ilha” (I, 47, grifo meu). Ao mesmo tempo, menciona concepções populares medievais e mostra estar imbuído da visão renascentista de que o homem é autor do seu destino, que cada um constrói sua própria história. Tudo é possível ao homem. Essa não é a ideia de fortuna da Idade Média e da primeira fase do Renascimento, mas sim a visão burguesa da sociedade que coloca o indivíduo no centro do debate (HELLER, 1982; MARAVALL, 2006).

Durante o regresso de Dom Quixote e Sancho ao seu povoado, todos os personagens envolvidos mantêm diversas conversações e em uma delas o malfadado lavrador repete a confiança em suas habilidades para governar. Caso elas faltassem, contudo, haveria uma saída: “tenho ouvido dizer que há homens no mundo que tomam de arrendamento os estados dos senhores, e lhes dão um tanto por ano, e tratam do governo, e os senhores verdadeiros estão de perna estendida, gozando a renda que lhes dão, sem se importarem com mais nada” (I, 50). Seria uma menção ao político profissional, um produto do Renascimento? Não fica perfeitamente claro. De qualquer forma está posta uma discussão sobre a forma de se governar, que tem sequência com a réplica do cônego, dizendo que a administração da justiça cabe ao senhor do Estado.

O pároco, o cônego e o barbeiro ficam impressionados tanto com as loucuras de Dom Quixote quanto com o apego de Sancho Pança à promessa de

ser governador. Tão confiante está o escudeiro que conta para sua mulher como algo que seguramente aconteceria se saíssem outra vez em busca de aventuras. Como Dom Quixote, Sancho se escusa a dar maiores explicações pedindo que a mulher não tivesse pressa para entender, mas que confiasse nele. O desejado governo de Sancho está presente em todo o primeiro livro: no início é um elemento de convencimento e no final se torna simples esperança e confiança cegas numa promessa inverossímil que surpreendentemente se realizará no segundo livro, como que por encantamento. Nisso se percebe a relevância do tema dentro do romance.

### Uma ideia fixa: o segundo livro

Depois de um mês em casa, o fidalgo dava mostras de recuperar a sanidade, por isso o pároco e o barbeiro resolveram visitá-lo para averiguar se estava verdadeiramente curado. Dom Quixote os recebe bem e demonstra muito juízo, convencendo-os de que está são. Conversam sobre a “razão de estado e modos de governo (...) fazendo-se cada um dos três um legislador, um Licurgo moderno ou um Sólon flamante<sup>12</sup>. De tal modo renovaram a república, que não pareceu senão que a tinham metido numa bigorna e tirado outra diversa” (II, 1).

Francisco Rico explica que “a *razão de estado*, isto é, o conjunto de regras e preceitos políticos para manter o poder, se tornou famosa com a obra de Giovanni Botero *Della ragione di stato* (1589)” (2005, p. 549). No Renascimento se tornaram comuns os tratados sobre como governar um Estado e como devia se portar o príncipe. Entre os autores famosos está o espanhol Antonio de Guevara, com seu *Relox de Príncipes*.<sup>13</sup> É um tipo de

---

<sup>12</sup> “O espartano Licurgo e o ateniense Sólon, modelos do bom governante” (RICO, 2005, p. 550). Todas as citações de Francisco Rico são notas explicativas em sua edição do *Quixote*.

<sup>13</sup> Antonio de Guevara (1480?-1545) foi um pensador ibérico muito importante no século XVI. Um dos autores mais lidos na Europa de sua época, sua obra influenciou diversos pensadores, entre os quais Cervantes (BUESCU, 2009).

literatura bastante presente que trata de um tema que começava a povoar as mentes, especialmente dos que eram letrados.

É importante a menção de que cada um dos três se fazia de novo legislador. Devemos lembrar que na origem da *Utopia* está o grande Utopos, elaborador das leis que regeriam a nova república. A composição de leis é, no caso da *Utopia*, a pedra fundamental. Ao se referir a Ligurgo ou a Sólon Cervantes deixa claro que conhecia a literatura grega, a mesma que embasara também a criação da *Utopia* (BACZKO, 2005; QUARTA, 2006). Além disso, Cervantes conta através do narrador que eles renovaram a república, o mesmo tipo de exercício criativo que dá origem às utopias. Os três revelam seu descontentamento com o estado das coisas e vão além, desenhando na imaginação – sempre através do diálogo – a república como pensavam que deveria ser. Exploram as possibilidades do real transformando-o de acordo com sua vontade e com aquilo que consideravam melhor.

Não é o caso de dizer que por causa dessa discussão Dom Quixote seria um utopista. Apenas deve-se notar que o tema da constituição do ótimo Estado está presente na mentalidade do cavaleiro – e também de seus amigos – de forma que influencia a forma como leva sua vida e como cria suas aventuras. Podemos aceitar que esses conceitos que domina – “falou com tanta discrição sobre todas as matérias em que tocaram” (II, 1) – vão sendo aos poucos ensinados a Sancho. Este por sua vez, além do que aprende com Dom Quixote, já possui os conhecimentos populares também úteis ao bom governo e que não devem ser postos em segundo plano.

Mesmo tendo ficado um mês em sua casa – é de se supor que levando a vida costumeira – Sancho não se esquece da prometida ínsula. Ele aparece justamente ao final da conversa entre Dom Quixote, o pároco e o barbeiro, o que leva a uma enorme discussão porque a sobrinha e a ama do fidalgo não querem deixá-lo entrar. Dizem-lhe que vá embora para que não

leve outra vez Dom Quixote a errar pelo mundo, mas ele insiste lembrando que “foi ele que me tirou da minha casa, com muitas lérias, prometendo-me uma ilha, que ainda hoje estou à espera dela” (II, 2). Além de mostrar a ideia fixa de Sancho, fica claro que Cervantes tinha em mente o assunto da *ínsula* e que pretendia mantê-lo em pauta no segundo livro. É um componente fundamental para a obra que será desenvolvida apenas em seu último quarto.

Também é curioso ver que a palavra *ínsula* não era facilmente compreendida – “que vem a ser isso de ilhas?” (II, 2)<sup>14</sup>, pergunta a sobrinha – da mesma forma como acontece em português. *Ínsula* é um cultismo latino proveniente da erudição de Dom Quixote que Sancho se põe a repetir. A resposta da ama chama a atenção: diz-lhe para governar a própria casa e não pensar em *ínsulas*. O bom governo do lar como uma das coisas que qualifica para governar outras pessoas é tema presente no Novo Testamento e que ecoa na tradição cristã. Mais do que isso, porém, a fala da ama explicita o pensamento de que se deve estar contente com o que se tem e não almejar coisas maiores. No livro inteiro essa é a característica comum a todos os amigos dos dois protagonistas, o que demonstra uma mentalidade arraigada em todas as camadas da sociedade.

Há algo de contestação social em Dom Quixote, afinal ele era apenas um fidalgo pobre e só os nobres poderiam ser armados cavaleiros. Ao não aceitar isso, o cavaleiro ilustra a negação de uma sociedade cheia de privilégios de sangue em que os grupos sociais eram praticamente fixos. Nas diversas vezes em que os dois loucos falam que o indivíduo faz o seu destino fica explícita a recusa à sociedade como era e o apego aos novos valores que pouco a pouco iam sendo estabelecidos.

---

<sup>14</sup> *Ínsulas* no original. A palavra “ínsula” existe em português e, como no espanhol, é sinônimo de “ilha”.

Está presente também um contraste claro entre a cidade e o campo, entre as classes ilustradas urbanas e a simplicidade rural. Dom Quixote e Sancho são representantes dessa sociedade agrária com muitas reminiscências medievais. A própria tentativa de se restaurar a cavalaria é em si um valor antigo deposto pela nova ordem, pelas novas armas e pela recém aparecida forma de guerrear. O Renascimento não é um movimento monolítico da sociedade europeia em direção à modernidade e associado à recusa completa da Idade Média. É um momento de grandes transformações, mas também cheio de contradições e associações de valores que hoje parecem contraditórios. Por exemplo, Maravall assinala que muitos personagens de destaque do Renascimento, como More, Erasmo<sup>15</sup> e Campanella<sup>16</sup> se opunham às novas armas, justamente por acreditarem que o combate travado nos moldes recentes não permitia que o homem mostrasse o seu valor individual. As armas serviam, nos moldes antigos, não só para o combate, mas para a reforma moral do próprio combatente, o que Maravall (1948) denomina de “humanismo das armas”.

O desenvolvimento dos valores burgueses é predominantemente urbano e junto deles aparece também uma hierarquização entre o campo e a cidade. Esta passa a ser o centro difusor de cultura – como na Antiguidade – e aquele se torna um receptor, o que também está presente em *Dom Quixote*, como na chegada do bacharel Sansão Carrasco. Com sua autoridade urbana e universitária, coloca o letramento e a gramática como condições para governar e escarnece Sancho, pois sabe que este não conhece as letras. A resposta do

---

<sup>15</sup> Eramo de Roterdã (1469-1536) foi um humanista holandês autor da célebre obra *O elogio da Loucura* (1509) na qual criticou de forma bastante satírica e irônica a Igreja Católica. Sua obra foi muito influente em toda a Europa Renascentista, tendo relação direta com a *Utopia* de More, de quem era amigo íntimo (SKINNER, 1996).

<sup>16</sup> Tommaso Campanella, (1568-1639) foi um escritor e teólogo italiano autor da *Cidade do Sol* (1602), importante utopia renascentista, além de uma vasta produção na qual tentou incorporar o humanismo à doutrina católica. Foi acusado de heresia, tendo passado boa parte de sua vida na prisão (BERRIEL, 2008; CODIGNOLA, 2008; DIAS, 2007).

escudeiro, sempre confiante na própria capacidade, é graciosa: “Lá com o gramar entendia-me eu – tornou Sancho – com ticas é que não” (II, 3). Sansão aponta para um conhecimento específico necessário ao exercício de determinada função. Ora, é o reflexo do aparecimento do político profissional que se mostra aqui: não somente um cidadão com experiência e capacidade, mas alguém que domine uma técnica precisa, habilitando-se para o exercício do poder. É um valor urbano e burguês, diferente da visão comunitária de Sancho sobre sua qualidade para governar.

Adiante, ainda na conversa com o bacharel, o escudeiro diz “Sancho nasci, e Sancho hei de morrer” (II, 4). Isso explicita a sua visão de que cargos, funções ou posição social não determinavam a identidade da pessoa. Ele não mudaria sendo lavrador, escudeiro ou governador. Seu comportamento não se alteraria em nenhum dos casos, pois se baseava nos seus valores individuais. Assim, as ações dos indivíduos dependeriam mais de si do que das situações em que fossem postos pela vida. Além de fazer o seu destino, o homem também escolheria como agir onde quer que estivesse. Podemos ver um eco de valores medievais, como a honra, mas também é notável a influência do individualismo burguês que ia se impondo como mentalidade dominante.

Como era de se esperar, Sancho e Dom Quixote decidem por uma nova saída, o que muito alegra o fiel escudeiro por ver renovadas as suas esperanças de se tornar governador. Tão notável é seu contentamento que sua mulher o indaga a esse respeito e novamente aparece na conversa a ínsula prometida: “Eu te digo, mulher – respondeu Sancho – que, se não pensasse ver-me em pouco tempo governador de uma ilha, cairia aqui morto ” (II, 5). Sancho espera o governo e confia que isso acontecerá logo.

Em contraposição, a resposta de sua mulher tem o mesmo tom do que diziam a ama e a sobrinha, o que mostra uma constante no pensamento da gente humilde. Eis o que diz Tereza Pança: “Isso não, marido (...) sem

governo saíste do ventre de tua mãe, sem governo viveste até agora, e sem governo irás ou te levarão à sepultura, quando Deus for servido” (II, 5). Apesar de estar imbuída dos valores tradicionais de imobilidade social a mulher vai se contagiando com o sonho do escudeiro: “se porventura te vires com algum governo, não te esqueças de mim nem dos teus filhos” (II, 5). Com base nessa transmissão se constroem os imaginários sociais que levam, entre outras coisas, à constituição de utopias (BACZKO, 2005).

Nesse diálogo, como na obra em geral, vemos uma mescla de valores que é muitas vezes contraditória. Conversando com sua mulher, Sancho diz que o governo os tiraria dos apuros, da vida difícil que levavam, e também que “verás como te chamam a ti D. Teresa Pança” (II, 5)<sup>17</sup>. Ou seja, ao mesmo tempo em que acredita na mobilidade social, ele quer desfrutar dos privilégios das classes altas, da mesma forma que a burguesia nascente era agradável tomar para si os antigos privilégios da nobreza. Essa ausência de ruptura entre a nova elite e a antiga nobreza é um traço característico da Espanha e de Portugal que se refletiu na formação de suas colônias, como bem apontou Sérgio Buarque de Holanda (1995). É também o reflexo da mentalidade num momento de transição social em que ainda apareciam misturados os valores antigos e novos. Aliado ao desejo de uma nova vida está o de manter as coisas como estão. Depois de a transformação ter sido consolidada e de a modernidade ter se estabelecido, isso se transforma em saudosismo do mundo que se perdeu.

Depois da aventura da cova de Montesinos<sup>18</sup>, o cavaleiro e o escudeiro se dirigem a uma venda “e Sancho ficou mui satisfeito por ver que seu amo a tomou por verdadeira venda e não por castelo, como costumava” (II, 24). Normalmente, Dom Quixote tomaria a venda por castelo, e o fato de isso não acontecer pode ser visto como um princípio de retorno à sanidade. Parece

---

<sup>17</sup> “Dom” e “dona” eram formas de tratamento reservadas à nobreza.

<sup>18</sup> Livro II, capítulos 22 e 23.

também indicar certo cansaço do cavaleiro, mostrando que sua vontade criadora começava a arrefecer. Sem dúvida é um ponto de inflexão.

Pouco após isso, em uma nova aventura, Sancho aparece outra vez “moído e desancado” (II, 28). O escudeiro põe-se a reclamar e as explicações de Dom Quixote não surtem efeito, de forma que Pança reitera o pedido de receber um salário em troca dos serviços argumentando que quando servia a Tomé Carrasco – pai de Sansão Carrasco – era pago e que o trabalho de escudeiro era muito maior. Dessa vez o cavaleiro cede ficando clara a capacidade de Sancho de argumentar e a relação de troca estabelecida entre ambos.

### **Burlas, riso e melancolia: o encontro com os duques**

O encontro com os duques se dá no capítulo 30 da segunda parte e a estadia com eles dura longos 29 capítulos. Nesse ponto, a narrativa é complexa e metalinguística. Já no início da segunda parte da história, Dom Quixote e Sancho têm notícia da publicação de suas aventuras pela boca de Sansão Carrasco. Os dois fazem perguntas sobre o escrito e tecem comentários sobre ele. No episódio, recursos da metalinguagem é aprofundado: os duques leram a história e resolveram usar seu conhecimento dela para escarnecer os aventureiros. Os personagens do segundo livro usam as histórias do primeiro para manipular os protagonistas que, por sua vez, não conhecem o texto tendo apenas as próprias memórias do que fizeram. Por isso são presas fáceis para as burlas.

É interessante que conforme o duque e a duquesa querem enredar o simples escudeiro em suas burlas mais ele ganha destaque e tem oportunidade de mostrar seu valor. Dom Quixote se apequena enquanto Sancho quer salvar sua reputação e obter governo prometido agora pelo duque. Os dois

assumem novos papéis: Sancho parodia Dom Quixote e se torna cada vez mais semelhante a um bufão (URBINA, 1991).

Os duques têm um desejo insaciável pelo riso e por isso as burlas vão aumentando. A estadia de Dom Quixote e Sancho no castelo se converte numa enorme representação envolvendo inclusive empregados que também se divertem à custa dos dois loucos. Nessa ampla encenação inventam a tal condessa Trifaldi que teria sido encantada por um mago denominado Malambruno. O encantamento consistia em tornar a condessa uma mulher barbada, por isso quem representava esse papel era um empregado do duque vestido de mulher. O cavaleiro e o escudeiro são encarregados de desencantar a condessa através de uma viagem num cavalo de madeira voador – Clavilinho<sup>19</sup> – que os levaria até o mago.

Dom Quixote aceita prontamente o desafio, mas Sancho recusa com veemência. Com isso, o duque tem de intervir: em troca do governo queria que Sancho desse cabo dessa aventura. Ou seja, para chegar até a ínsula Baratária o escudeiro precisaria viajar sobre Clavilinho e de fato logo depois da “viagem” ele é conduzido ao sonhado governo. O voo sobre Clavilinho, portanto, é fundamental para compreender o episódio da ínsula Baratária. E aqui, de certa forma, Sancho recupera simbolicamente seu mérito para governar impondo com sua obstinação uma derrota aos duques.

Enquanto creem viajar pelos ares, Dom Quixote e Sancho ficam sobre um cavalo de madeira que permanece parado. Eles são soprados com foles e queimados com estopas para pensarem que estão voando. Como sempre os dois aventureiros vão conversando, descrevendo com verossimilhança as sensações provocadas pelos artifícios, mas imaginando que estão nas regiões do ar e do fogo, de acordo com a cosmologia de Ptolomeu,

---

<sup>19</sup> Augustín Redondo (1998) estudou com profundidade as origens carnavalescas e literárias desse cavalo mágico de madeira.

como explica Francisco Rico. Os duques ouvem toda a conversa e a “viagem” termina quando põem fogo em bombas e foguetes presos ao cavalo, que voou pelos ares e “e deu com D. Quixote e Sancho Pança no chão, meio chamuscados” (II, 41).

As utopias têm a viagem como um elemento constante e essencial para o distanciamento pretendido (TROUSSON, 2005). A viagem permite ao protagonista de uma utopia alcançar um país ou reino distante e desconhecido para que possa descrevê-lo quando retornar. Da mesma forma que só se alcançava um lugar utópico através de uma longa viagem, Sancho só iria até a ínsula se viajasse sobre Clavilinho, mas há diferenças fundamentais.

A primeira é que nas narrativas utópicas a viagem é imaginária do ponto de vista do leitor, mas não para o protagonista. Este apresenta um relato verossímil para os outros personagens de forma que a viagem pode ser fantástica, mas é real na estrutura interna do texto. O leitor da utopia se deixa seduzir para compreender seu enredo e sua mensagem. No caso da viagem sobre Clavilinho há uma inversão: ao invés do leitor os próprios protagonistas são iludidos. O leitor sabe que não está acontecendo viagem alguma e não precisa deixar-se enganar: pode rir ou se entristecer, mas é um cúmplice consciente da burla. Nesse caso, a viagem não é internamente verossímil, pois não há o envolvimento de todos os personagens. Enquanto Sancho e Dom Quixote creem em sua autenticidade, os demais personagens, juntamente com o leitor, sabem o que de fato está acontecendo.

O hábil jogo narrativo composto por Cervantes torna os duques e seus servidores ao mesmo tempo leitores e protagonistas da história. Enquanto as utopias normalmente têm dois níveis de relato – os personagens e o leitor – aqui há três níveis de consciência na narrativa: primeiro o de Dom Quixote e Sancho, depois o dos leitores do primeiro livro e personagens do

segundo e, por último, o leitor final. Essa estrutura textual é muito mais complexa do que as utopias, muito mais descritivas que narrativas.

A segunda diferença da viagem sobre Clavileno é que esta não possibilita o distanciamento necessário para transmitir a mensagem utópica essencialmente, a crítica à sociedade de seu tempo. O procedimento de Cervantes leva justamente ao sentido oposto, pois com essa viagem Dom Quixote e Sancho perdem toda a credibilidade – interna e externamente ao texto – de forma que a crítica feita por eles deixa de ser levada a sério, afinal são dois loucos enganados facilmente. Por outro lado, devemos notar aqui a influência de Erasmo e seu *Elogio*, o que legitima a loucura como instrumento eficaz de crítica. Novamente Cervantes oscila de um lado a outro, enriquecendo a narrativa e dificultando a compreensão de seu posicionamento ideológico.

A burla foi muito bem arranjada pelos duques e culminou com o voo final e a queda de cavaleiro e escudeiro. O tombo além de cômico é simbólico, pois ilustra o desejo dos duques de humilhar os dois heróis (VIEIRA, 1998) e, num certo sentido, a derrocada do ideal que representam – a tentativa de restauração da ordem da cavalaria andante para promover o retorno da humanidade à idade do ouro. Enquanto Dom Quixote e Sancho simbolizam a tentativa de mudança, os duques representam a nobreza conservadora desejosa de manter seus antigos privilégios. Seria o conflito clássico do Renascimento – os defensores da nova ordem burguesa em oposição às forças conservadoras – se Dom Quixote não se manifestasse claramente contra a modernidade e se não postulasse um retorno a um passado mítico perdido. Na interpretação de Maravall (2006), esse é o sentido antiutópico que Cervantes quis expor em sua obra: não é a crítica da utopia pura e simples, mas a recusa de um projeto ilusório que levava consigo uma impossibilidade crônica.

Certamente a utopia tem ligações com os mitos da idade do ouro e do paraíso perdido, mas seria enganoso afirmar que sua intenção seja restaurar

esses mitos. A utopia se alimenta deles para estabelecer sua crítica social e seu projeto. Ao fazer Dom Quixote e Sancho fracassarem, Cervantes critica essas utopias de retorno que não enxergavam a mudança do mundo, apesar de ele mesmo ser contrário a diversos aspectos da modernidade. O elemento antiutópico no *Quixote* não é a recusa da tentativa de transformar a sociedade, mas a censura das ilusões alimentadas por parte da sociedade espanhola do fim do século de ouro. Esse período marca o início da decadência da Espanha (VIEIRIA, 1998), fato percebido por diversos pensadores da época, mas rejeitado por aqueles que desejavam manter seus privilégios.

De qualquer forma, ainda não é aqui que termina a aventura de Dom Quixote e Sancho Pança. Paradoxalmente, a queda de Clavileno precede a subida de Sancho ao governo de Baratária, seu ponto culminante em toda a obra. Na viagem sobre o cavalo invertem-se os papéis: Dom Quixote fornece um relato fidedigno e racional enquanto Sancho constrói uma narrativa fantástica. Ele afirma que destapou os olhos e então viu que a Terra “seria do tamanho de um grão de mostarda, e os homens que andavam sobre ela pouco maiores que umas avelãs, para que se veja como estávamos altos nessa ocasião” (II, 46).

Fica claro que Sancho está mais preocupado em agradar os duques do que com sua fidelidade a Dom Quixote. Esse processo se inicia com a chegada ao castelo, vai se agravando e cria um distanciamento entre amo e escudeiro cujo pico é a breve separação durante o período em que Sancho governa Baratária. Os duques põem um contra o outro divertindo-se com esse jogo, ao mesmo tempo cômico e melancólico para o leitor, afinal a brincadeira não é ingênua e em diversas partes a humilhação sobrepuja a graciosidade dos protagonistas.

A duquesa mostra a incoerência do relato, mas Sancho a contesta com um artifício retórico aprendido com Dom Quixote: usa o recurso do

encantamento para justificar suas visões e o faz com grande habilidade. Os duques não podiam duvidar disso sem correr risco de por a perder todo o teatro. O simples cabreiro surpreendentemente maneja bem o jogo de representações assumindo a visão de mundo que seu amo sustenta durante toda a obra. Assim está pronto para ir ao governo.

O cavaleiro, por outro lado, perde o encanto e começa a ver o mundo de forma ordinária. Sua vontade esmorece, o relato que faz é desprovido de elementos fantásticos e não apresenta grandes contradições. Dom Quixote não inventa nada, apenas conta o que sentiu, e sua percepção corresponde com exatidão ao que de fato se passou. Em sua fala fica explícito o distanciamento do escudeiro: “Ou Sancho mente ou Sancho sonha” (II, 46).

Os papéis estão invertidos e Sancho agora é o protagonista principal, dominando a narrativa e a atenção dos demais personagens. Dom Quixote fica em segundo plano, apequenado, incapaz de sonhar e de chamar a atenção para si. E assim será durante todo o episódio do governo. Enquanto Sancho mostra todo o seu potencial, o cavaleiro fica no castelo no marasmo da vida da corte e mesmo as burlas não são tão engraçadas. Dom Quixote percebe que Sancho se afasta dele e se aproxima dos duques – tudo por causa do desejo de governar. Isso o entristece e o deixa ainda mais vulnerável. A sua força está na dupla formada com o escudeiro e mais tarde ficará claro que isso também é verdade para Sancho.

Durante toda a história, Dom Quixote tem intervalos de lucidez em meio a suas loucuras. Isso impressiona muito seus interlocutores e o próprio Sancho, pois veem um homem capaz de dizer as maiores sandices e logo depois proferir palavras de extrema sabedoria. De certa forma, é a loucura que lhe confere a sabedoria ou ao menos permite a expressão livre dos pensamentos. Dom Quixote é tão louco quanto lúcido e esse tema foi bastante explorado já

no Renascimento com o *Elogio da Loucura*, além do que muitas interpretações do *Quixote* desenvolvem a questão (VIEIRA, 1998).

Em sua construção narrativa, Cervantes segue o humanismo cristão de Erasmo, como bem observou Bataillon (1983). A loucura confere um brilho especial a Dom Quixote e Sancho, pois sem ela seriam tão somente personagens anônimos de um povoado qualquer no interior da Mancha. A loucura também conduz Sancho ao governo, afinal sua credulidade na promessa do cavaleiro permite o início da aventura e o riso que sua inocência provoca nos duques leva à decisão de realizarem o tão sonhado desejo, ainda que como uma representação. Enfim, a *stultitia* permite-lhe alcançar algo completamente improvável e, ainda mais, sair-se bem quando tudo conspirava contra seu sucesso.

Antes de Sancho partir, Dom Quixote aconselha Sancho sobre como proceder no governo. Esses conselhos são semelhantes “às coleções de máximas para a formação das classes dirigentes” (RICO, 2005, p. 868). O cavaleiro se coloca como Catão – figura muito importante nas representações do Renascimento italiano – para ensinar seu escudeiro, conferindo a suas sentenças um alto grau de importância. Elas são uma mescla de elementos clássicos, da sabedoria judaico-cristã<sup>20</sup> e da nova visão de mundo que começava a se impor. Ele exalta a humildade diz que “o sangue se herda e a virtude adquire-se, e a virtude por si só vale o que não vale o sangue” (II, 42)

Dom Quixote rechaça completamente a valorização da linhagem, da herança de sangue, defendendo a concepção renascentista de que são os atos dos homens que determinam quem ele é. O homem, qualquer homem, pode tudo. Isso contrasta com a posição dos duques e mesmo com certos valores do próprio Sancho, pois diversas vezes ao longo da história ele se orgulha do sangue de “cristão velho”, como era comum na Espanha dos séculos XVI e XVII.

---

<sup>20</sup> Dom Quixote começa sua fala citando o Salmo CX e o oráculo de Delfos.

A partir da despedida de Sancho, a narrativa passa a intercalar episódios do seu governo com os acontecimentos no palácio dos duques envolvendo Dom Quixote. Estes últimos são postos de lado aqui, pois o que nos interessa são os sucessos insulares do escudeiro-governador. O narrador fornece pistas para a interpretação dizendo que a forma como Sancho se portou no cargo produzirá muito riso no leitor. Isso aponta outra vez para a interpretação cômica da obra, como insistem Russell (1969) e Close (2005), mas o próprio episódio permite outra visão, sem excluir o riso.

### **Baratária, enfim: Sancho Pança governador**

Sancho é conduzido a Baratária e recebido por seus habitantes, produzindo admiração<sup>21</sup> em todos, tanto aos que sabiam do teatro quanto aos que o ignoravam. Após ser levado à igreja e passar por algumas cerimônias, ele recebe a chave do povoado e já começa a desempenhar suas funções: sob o pretexto de cumprir um antigo costume, o novo governador<sup>22</sup> deveria responder uma pergunta difícil – na verdade era um julgamento – para que o povo pudesse ter mostras do engenho e se alegrar ou entristecer com isso.

Ao primeiro julgamento sucedem outros dois e não convém descrevê-los, pois a leitura do texto original é muito mais proveitosa. Basta saber que Sancho se comporta muito bem, conseguindo desvelar as disputas e estabelecer a justiça. A resposta dada aos desafios apresentados mostra sua capacidade e sabedoria, e ele próprio tem consciência disso: “e agora se verá se tenho ou não cachimônia para governar um reino inteiro” (II, 45).

Em sua simplicidade, Sancho consegue dirimir as querelas de forma satisfatória e incontestável, mostrando o valor da sabedoria popular. Seus conhecimentos e sua competência para julgar vêm da experiência de vida e do

---

<sup>21</sup> No texto esta palavra tem um sentido cômico, semelhante a surpresa, espanto.

<sup>22</sup> Francisco Rico (2005, p. 888) esclarece que na prática sua função corresponde ao alcaide.

aprendizado religioso: Cervantes combina na narrativa contos bastante difundidos e a literatura sapiencial bíblica, construindo um amálgama que evoca ninguém menos que o rei Salomão, símbolo típico da sabedoria.

O sucesso de Sancho não acaba com a desconfiança sobre a sua tolice: poderia ser que, apesar de ser tonto, Deus o tivesse guiado. O próprio cronista das palavras, feitos e movimentos do governador mantém sua dúvida sem poder decidir se este era tonto ou discreto. Parece inaceitável que alguém tão simples e capaz de cair em tantas burlas e enganos possa emitir juízos tão sábios. Entretanto, é isso que acontece na história. Ao invés de ser humilhado Sancho obtém uma grande vitória e ganha ainda mais confiança na própria capacidade.

Nas utopias comumente é adotado um estilo de vida frugal e extremamente racional. Regras estritas servem para promover a otimização do lugar de modo que se tenha o melhor Estado possível. Na ínsula Baratária, temos várias contradições, sendo a primeira e mais explícita a de o novo Salomão demonstrar o oposto do comedimento esperado, afinal era um comilão inveterado. Ele é instigado o tempo todo através da provocação dos sentidos, pois são postos diante de si diversos manjares para logo em seguida receber a proibição de comê-los. Além disso, o próprio médico do governador, o doutor Pedro Récio, pretensamente o representante da razão, da ciência, é na verdade uma fraude: a universidade em que afirma ter feito seus estudos não possuía curso de medicina.

Em tudo isso, vemos a intenção cômica de Cervantes, bem como o sentido paródico de toda a narrativa. O duque tem a intenção de fazer de Sancho a paródia de um bom governador, um teatro que provocasse, sobretudo, o riso. Ao invés de se buscar o bom governo, o melhor Estado, temos aqui a tentativa veemente e constante de demonstrar a incapacidade do escudeiro para governar. Enquanto nas utopias tudo caminha para o estado

ideal, no governo de Sancho o único que de fato almeja o bem é ele próprio. Num certo sentido, temos a confirmação tanto das palavras de Rafael Hitlodeu na *Utopia* como da Loucura de Erasmo: os homens não desejam o bem, não buscam o estado ótimo. Só um louco não enxergaria isso e acreditaria na possibilidade da concretização de um bom governo. É exatamente o papel desempenhado por Sancho.

Como na *Utopia* e no *Elogio da Loucura*, podemos enxergar aqui um componente irônico bastante forte, mas de outra forma. Cervantes critica ao mesmo tempo a nobreza que rejeita a bondade e a sabedoria simples e verdadeira do escudeiro bem como os sonhos irreais de se alcançar um bom estado sem mudar as bases da sociedade em que se vive. Afinal, como Sancho poderia realizar um bom governo se tudo não passava de uma representação para tirar sarro dele próprio? E, além disso, não se deveria esperar que os duques – representantes das velhas classes privilegiadas – assentassem voluntariamente as bases para a própria derrocada. Cervantes não critica a sabedoria popular de Sancho, mas a sua inocência em acreditar que tudo mudaria como num passe de mágica.

Dizer que temos aqui uma visão precoce das lutas de classes seria exagero, mas temos já a percepção da necessidade de um grande esforço para promover a sonhada transformação social. A ilusão não está na possibilidade de um mundo melhor, mas em acreditar que isso será alcançado sem muita dedicação. O homem é o realizador de sua história e a mudança de seu curso depende, sobretudo, – não exclusivamente – dele. É a concepção renascentista da história já enunciada em outras partes do *Quixote*.

No entanto, Sancho percebe a diferença entre o governo sonhado e a realidade vivida. Nota a impossibilidade de realizar sua vontade por causa de uma série de regras e convenções sem sentido vindas não se sabe de onde que lhe são impostas. Como a vontade é um elemento fundamental em toda a

narrativa, a liberdade para exercê-la é também essencial para ver o mundo como se quer. Com a vontade controlada, Dom Quixote e Sancho são apenas um fidalgo e um lavrador, por isso já está previsto o fracasso do governo.

A capacidade de Sancho é notável, pois mesmo acuado por todos os lados através das estratégias dos duques “a tudo fazia frente, apesar de ser tolo, bronco e roliço” (II, 49). Sancho discursa e todos se admiram da sua elegância com a palavra “e não sabiam a que haviam de atribuí-lo, senão a que os ofícios graves e cargos, ou melhoram, ou entorpecem os entendimentos” (II, 49). É fácil perceber o aprendizado de Sancho com Dom Quixote e a aliança entre a oratória culta deste e a sabedoria popular daquele, mas para os servidores dos duques é impossível enxergar ou mesmo aceitar a capacidade de um simples lavrador sem instrução.

Quando faz a ronda de Baratária, Sancho anuncia os valores que aquela república deveria ter segundo seu pensamento. Valoriza trabalho e condena o ócio, valores eminentemente burgueses. Todos deveriam trabalhar e ninguém poderia se aproveitar do esforço alheio sem contribuir com nada. É uma ética social muito marcada pelo papel do indivíduo associada a uma veemente condenação dos vícios.

Ele enaltece o trabalho rural, os fidalgos, a virtude e a religião. Se a exaltação do campo e das virtudes individuais é algo presente nas utopias, não se pode dizer o mesmo da religião e da fidalguia. Esta última pode ser uma demonstração de gratidão a Dom Quixote ou ainda a mescla de valores modernos com antigos, conforme dito anteriormente. Já o elogio puro e simples da religião é algo mais difícil de explicar. Sem dúvida existe a influência da Contrarreforma na Espanha, mas Cervantes diversas vezes é bastante severo com a Igreja Católica, de modo que isso não serve como resposta definitiva.

Ao que parece, temos aqui uma síntese das aspirações e valores populares, sem dúvida mais próxima das utopias que das arcádias ou do mundo

ao revés. Esses valores, contudo, não desembocam numa organização racional da ínsula, apenas demonstram o pensamento de Sancho. Também não há, como poderia parecer, uma crítica explícita da nobreza. Vemos aqui o enunciado de certas intenções que, se efetivadas, seriam o início de reformas sociais no povoado, ainda muito distantes de constituírem uma república ótima.

A sabedoria de Sancho chega a cativar um daqueles que compactuavam com as burlas. O mordomo fica pasmado com o engenho do lavrador e sentencia: “cada dia se vêem coisas novas no mundo: as mentiras se trocam em verdades, e os burladores são burlados” (II, 49). Cervantes pisca para o leitor com a vitória de Sancho, deixando brilhar uma luz fugaz, para logo, em seguida, apagá-la. O bom governo, as atitudes sábias, as boas sentenças, nada disso credenciava o homem simples para permanecer no poder e promover as transformações que desejasse. É um paradoxo, ao mesmo tempo em que a capacidade de Sancho é reconhecida ele continua sendo desprezado. É a velha lição de que o mundo despreza a sabedoria verdadeira e por isso ela só pode brotar naqueles considerados anormais, loucos o suficiente para acreditarem na possibilidade de mudança ou mesmo na realidade de uma representação.

Esse é um ponto fundamental: tudo se trata de uma representação, mas o protagonista surpreende a todos e atua magistralmente quando esperavam um fracasso retumbante. A ilha de Baratária é uma ficção dentro da ficção em que a sabedoria mostra a sua força. Nas ficções utópicas temos a instituição de um “um estado no qual a sabedoria reina soberana” (QUARTA, 2006, p. 38) e podemos vislumbrar outro mundo cheio de possibilidades, nada mais do que o nosso mundo transformado, otimizado – ao menos na visão do utopista. Da mesma forma vislumbramos outro mundo em Baratária através dos projetos e intenções de Sancho, mas essa construção não é possível porque tudo não passa de um teatro, uma burla alegre e melancólica. Dentro da representação,

Cervantes inverte os papéis e faz os burladores serem burlados, aparentemente indicando a vitória da utopia, do bom governo. No entanto, as limitações do poder real de Sancho – além é claro da grande burla em si – apontam para outra direção.

Enquanto o governador está preocupado em promover a virtude um escrivão lhe explica que o vício é algo comum e, portanto, não deve ser tocado, afinal o que é aceito por todos deixa de ser condenado. Ao invés de combater os desvios vistos na sociedade – tarefa demasiado difícil – o governador realista deveria regulamentá-los. De acordo com essa visão, o problema não estaria no vício em si, mas na desregulação da sociedade. Novamente, temos o choque da mentalidade conservadora com outra, não revolucionária, mas reformista, que buscava a transformação da sociedade através da renovação dos indivíduos.

Sancho estabelece ainda algumas ordenações para Baratária, “coisas tão boas, que ainda hoje se guardam naquele lugar e se chamam ‘As constituições do grande governador Sancho Pança’” (II, 50). Francisco Rico esclarece que “a maioria das disposições de Sancho tem paralelos na legislação da época ou coincide com reformas e medidas que foram propostas com insistência” (2005, p. 946). Novamente, vemos a ligação feita por Cervantes entre Sancho e os arbitristas da época, que apontavam a profunda crise socioeconômica da Espanha (VIEIRA, 1998).

Pelos julgamentos e leis, Sancho é comparado a Licurgo, o grande legislador grego, o que sem dúvida remete a Utopos e aos demais grandes homens fundadores de utopias. Lemos que as boas leis compostas durante o efêmero governo de Baratária foram adotadas no lugar, mas o legislador não permaneceu para ver isso. O projeto de governo de Sancho poderia ser implementado, mas ele não fez uma crítica radical da sociedade de seu tempo, não criou um espelhamento, não propôs outro mundo explorando as

possibilidades da realidade. Assim, pode-se dizer que em *Baratária* temos as condições necessárias para a construção de uma utopia, mas não a sua realização.

A concretização do sonho de Sancho e a sua vitória em *Baratária* mostram a possibilidade do desenvolvimento dos indivíduos, independentemente de sua origem social. É como quando lemos as utopias e ficamos cheios de esperança, pois ainda falta muito para alcançarmos uma sociedade minimamente justa. Da mesma forma que nas utopias e também em Erasmo vemos a rejeição por parte das classes dominantes de qualquer mudança positiva para a maioria, pois isso significaria a abolição dos privilégios. Sancho vence, mas sai do governo. Com a farsa de *Baratária*, Cervantes desvela a ingenuidade de crer que apenas boas ideias e intenções resultarão em uma transformação efetiva. Ele censura a nobreza espanhola e certamente critica o pensamento utópico, em que o modelo cumpre um papel fundamental. No entanto, não ficamos órfãos com suas críticas: quando as boas leis criadas por Sancho continuam sendo guardadas ressurgem a esperança de que, talvez, num lapso ou numa loucura súbita, a humanidade se dê conta de suas mazelas e se ponha a caminhar em busca de um mundo melhor.

## Referências

AVALLE-ARCE, Juan Bautista; RILEY, Edward C. Don Quijote. In: *Suma Cervantina*. Londres: Tamesis, 1973. p. 47-79.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1999.

BATAILLON, Marcel. *Erasmus y el Erasmismo*. Barcelona: Editorial Critica, 1983.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Campanella: a consciência possível da Contra-Reforma. Considerações sobre o “*Appendice della politica detta La Città del*

*Sole di fra' Tommaso Campanella - Dialogo poetico* (1602). *Morus – Utopia e Renascimento*. Campinas, n. 5, p. 107-123, 2008.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Editorial. *Morus – Utopia e Renascimento*. Campinas, n. 2, p. 4-10, 2005.

BLANCO AGUINAGA, C. et alii. *História social da literatura espanhola*. Madrid: Castalia, 1979.

BUESCU, Ana Isabel. Corte, poder e utopia: o *Relox de Príncipes* (1529) de fr. Antonio de Guevara e a sua fortuna na Europa do século XVI. *Estudios Humanísticos. Historia*. Online, n. 8, p. 69-101, 2009. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3129994.pdf>. Acessado: 10 fev. 2013.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre História e ficção. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo, SP: Xamã, 1997. p. 107-115.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução dos viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Edição e notas de Francisco Rico. Madri: Alfaguara, 2005.

CLOSE, Anthony. *La concepción romántica del Quijote*. Trad. Gonzalo G. Djembé. Barcelona: Crítica, 2005.

CODIGNOLA, Maria Moneti. Campanella, a cidade historiada. *Morus – Utopia e Renascimento*. Campinas, n. 5, p. 86-106, 2008.

DIAS, Emmanuela. Introdução. In: CAMPANELLA, Tommaso. *Apologia de Galileu*. São Paulo: Hedra, 2007. p. 9-26.

ERASMO, Desidério. *O Elogio da Loucura*. Trad. Maria Ermantina Gomes Galvão Gomes Pereira. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1990.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas. Da utopia à distopia: política e liberdade. *Eutomia*. Recife, v. 1, p. 324-362, 2009.

FIRPO, Luigi. Para uma definição de “Utopia”. *Morus – Utopia e Renascimento*, Campinas, n. 2, p. 227-237, 2005.

HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOGAN, George M; ADAMS, Robert M. Introdução. In: MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. XIII-XXXIX.

LÓPEZ ESTRADA, F. La fortuna de Tomás Moro y su “Utopía” en la España del siglo de oro. In: *La fortuna dell’Utopia di Thomas More nel dibattito politico europeo del ‘500*, II Giornata Luigi Firpo, Quaderni (2) della Fondazione Luigi Firpo – Centro studi sul pensiero politico. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1996. p. 74-93.

MAQUIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. *O Príncipe*. Tradução e notas Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: LP&M, 2001.

MARAVALL, J. A. *El humanismo de las armas en Don Quijote*. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1948.

MARAVALL, J. A. *Utopía y contrautopía en el Quijote*. Madri: Visor Libros, 2006.

MIGNOLO, Walter D. Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI, Ligia (Org.); AGUIAR Flavio Wolf de (Org.). *Literatura e história na América Latina*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 115-135.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÉREZ, Miguel José. *Don Quijote-Sancho / Sancho-Don Quijote: enseñanza-aprendizaje entre el diálogo y la aventura*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma *velha-nova* história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates: História Cultural do Brasil. Online, jan. de 2006. Não paginado. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acessado: 03 fev 2013. DOI: 10.4000/nuevomundo.1560

OLIVER, Élide Valarani. Introdução. In: RABELAIS, François. *O terceiro livro dos fatos e ditos heróicos do bom Pantagruel*. Cotia: Ateliê; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 11-32.

ORTEGA Y GASSET, José. *Meditaciones del Quijote*. Madri: Cátedra, 1995.

QUARTA, Cosimo. Utopia: gênese de uma palavra chave. *Morus – Utopia e Renascimento*, Campinas, n. 3, p. 35-53, 2006.

RABELAIS, François. *O terceiro livro dos fatos e ditos heróicos do bom Pantagruel*. Tradução, introdução, notas e comentários Élide Valarini Oliver. Cotia, Ateliê; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

REDONDO, Agustín. *Otra manera de leer el Quijote*. Madri: Castalia, 1998.

RUSSELL, Peter E. “Don Quixote” as a Funny Book. *The Modern Language Review*, n. 64, p. 312-326, 1969.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TROUSSON, Raymond. Utopia e Utopismo. *Morus – Utopia e Renascimento*. Campinas, n. 2, p. 123-135, 2005.

UNAMUNO, Miguel de. *Ensayos*. Tomos I e II. Madri: Aguilar, 1958.

URBINA, Eduardo. *El sin par Sancho Pança: parodia y creación*. Barcelona: Anthropos, 1991.

VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *O dito pelo não-dito: paradoxos de Dom Quixote*. São Paulo: Edusp, 1998.

WHITE, Hayden V. *Tropicos do discurso: ensaios sobre a critica da cultura*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

WITEZE JR., Geraldo. Os muitos caminhos do Quixote: pluralidade de vozes e interpretação. *Revista Memento*. Três Corações, MG, v. 2, n. 2, p. 213-227, 2011.

